
Prova Escrita de Geografia A

10.º e 11.º Anos de Escolaridade

Prova 719/2.ª Fase

16 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2011

VERSÃO 1

Página em branco

Na folha de respostas, indique de forma legível a versão da prova. A ausência dessa indicação implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens dos Grupos I, II, III e IV.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta indelével, azul ou preta.

Pode utilizar régua e máquina de calcular do tipo não alfanumérico não programável.

Não é permitido o uso de corrector. Em caso de engano, deve riscar de forma inequívoca aquilo que pretende que não seja classificado.

Escreva de forma legível a numeração dos grupos e dos itens, bem como as respectivas respostas. As respostas ilegíveis ou que não possam ser identificadas são classificadas com zero pontos.

Para cada item, apresente apenas uma resposta. Se escrever mais do que uma resposta a um mesmo item, apenas é classificada a resposta apresentada em primeiro lugar.

Para responder aos itens de escolha múltipla, escreva, na folha de respostas:

- o número do item;
- a letra que identifica a única opção escolhida.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Na resposta a cada item dos Grupos I, II, III e IV, seleccione a única opção que permite obter uma afirmação correcta.

Escreva, na folha de respostas, a letra que identifica a opção escolhida.

GRUPO I

O gráfico da Figura 1A representa a evolução do número total de emigrantes portugueses entre 2000 e 2008. Os gráficos da Figura 1B representam a evolução do número desses emigrantes por principais países de destino.

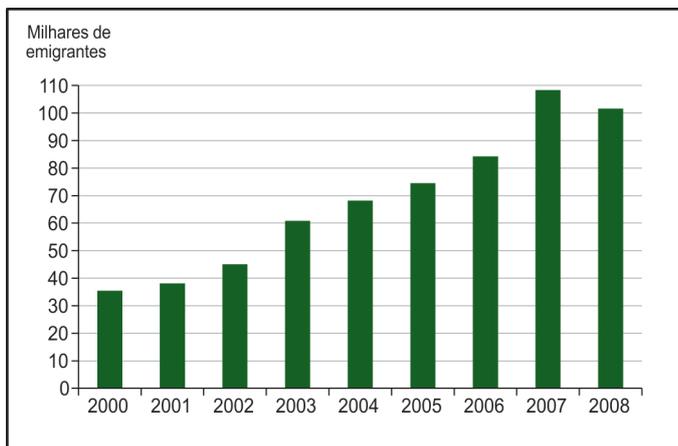


Figura 1A – Evolução do número total de emigrantes portugueses entre 2000 e 2008.

◀ Fonte dos dados: Pereira, A., *The Return of Portuguese Emigration. Net migratory flows in the long run, 1850-2009, 2010*

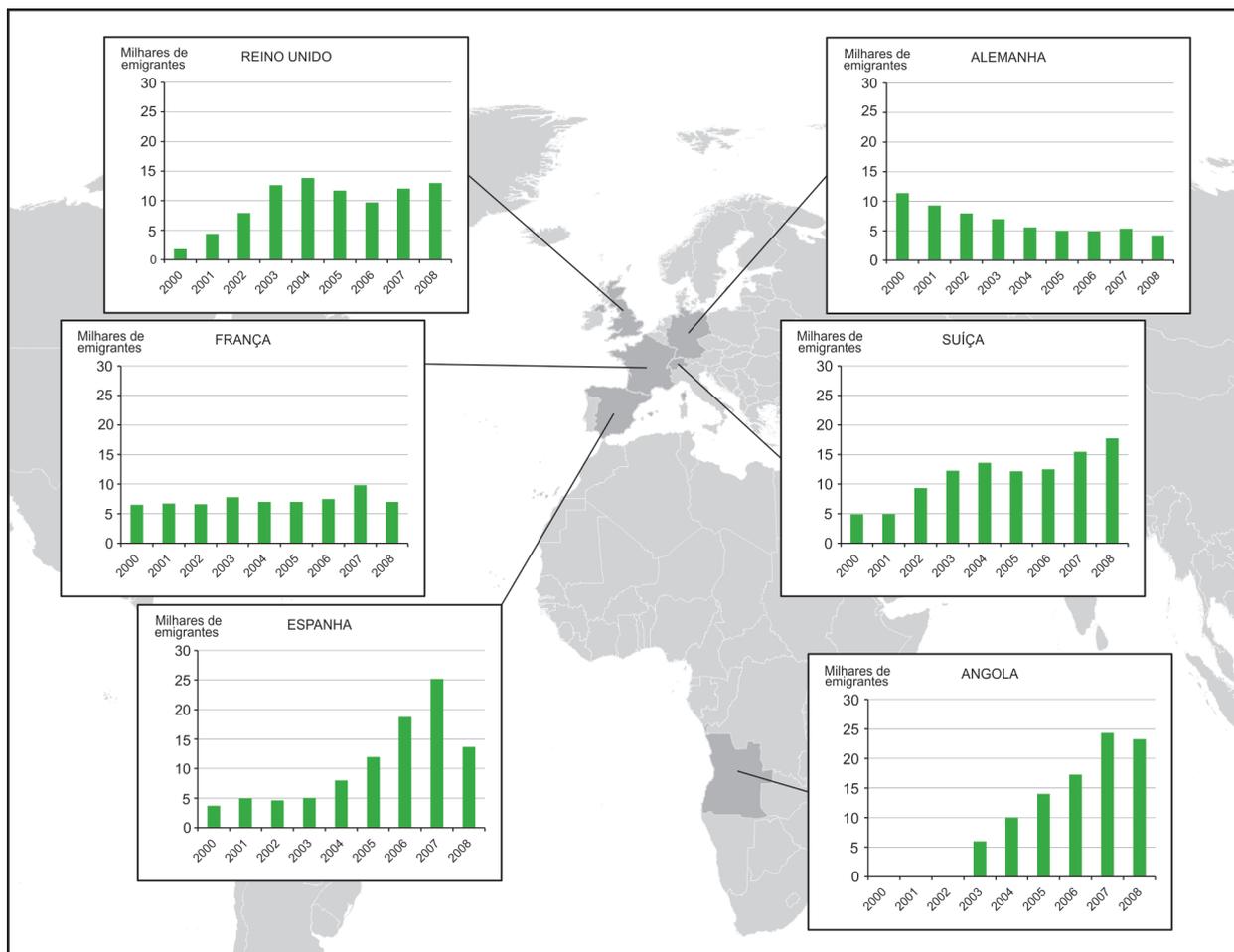


Figura 1B – Evolução do número de emigrantes portugueses entre 2000 e 2008 por principais países de destino.

1. A maior variação da emigração, em valor absoluto, de acordo com a Figura 1A, registou-se entre
 - (A) 2006 e 2007.
 - (B) 2004 e 2005.
 - (C) 2002 e 2003.
 - (D) 2000 e 2001.

2. Os três destinos principais da emigração portuguesa, no período considerado na Figura 1B, foram
 - (A) Angola, França e Reino Unido.
 - (B) Angola, Espanha e Suíça.
 - (C) Alemanha, Reino Unido e Suíça.
 - (D) Alemanha, Espanha e França.

3. Os valores da emigração na primeira década do século XXI têm reflexos na economia e na demografia, porque contribuem directamente para
 - (A) aumentar o empreendedorismo e aumentar a taxa de mortalidade infantil.
 - (B) diminuir a produtividade e aumentar a população residente nas áreas rurais.
 - (C) diminuir a taxa de desemprego e diminuir a população em idade activa.
 - (D) aumentar a cobrança de impostos e diminuir o índice de envelhecimento.

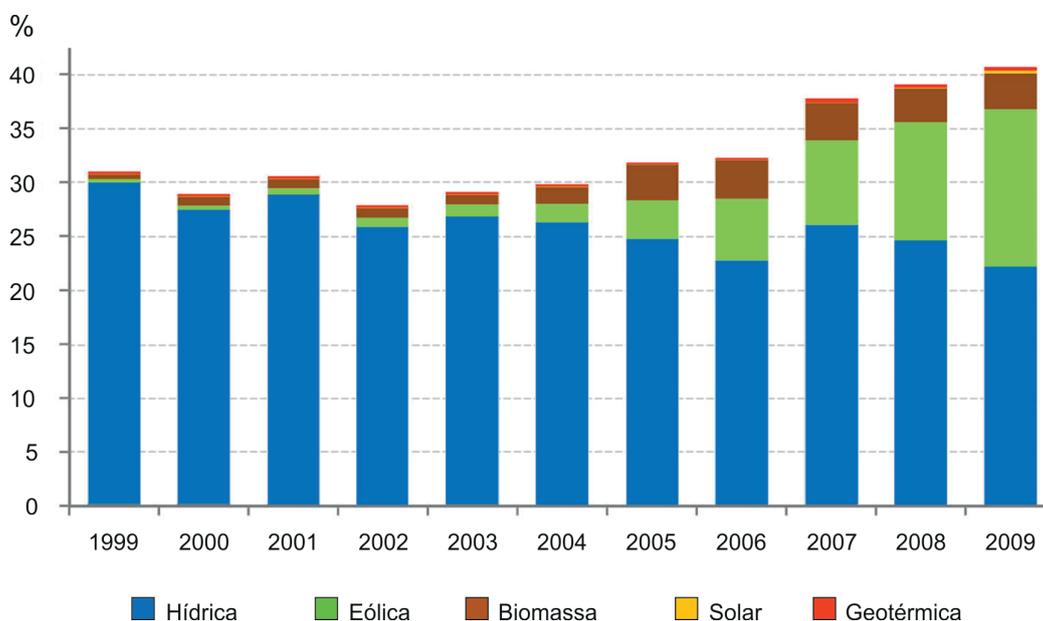
4. O aumento do número de portugueses que emigraram na primeira década do século XXI ficou a dever-se, sobretudo, à
 - (A) grande procura, no estrangeiro, de mão-de-obra portuguesa, devido às suas elevadas qualificações.
 - (B) diminuição das ofertas de emprego, causada pelo fraco dinamismo da economia portuguesa.
 - (C) preferência dos empregadores portugueses por trabalhadores estrangeiros, devido às suas maiores qualificações.
 - (D) deslocalização de empresas nacionais, que se fizeram acompanhar pelos seus efectivos portugueses.

5. Os emigrantes portugueses do século XXI distinguem-se, relativamente aos emigrantes da década de 60 do século XX, por
 - (A) terem um nível de instrução mais elevado e serem, maioritariamente, provenientes de áreas urbanas.
 - (B) saírem directamente das áreas rurais e terem um nível de qualificação profissional mais elevado.
 - (C) apresentarem idades mais baixas e trabalharem, maioritariamente, na agricultura e nas pescas.
 - (D) serem, maioritariamente, do sexo feminino e terem como principais destinos a França e a Alemanha.

GRUPO II

A electricidade produzida a partir de fontes de energias renováveis que consumimos em Portugal vai passar por uma grande viragem [...]. Esta previsão não é de qualquer estudo oficial, mas do Roteiro Nacional das Energias Renováveis até 2020.

Fonte: *Expresso*, Primeiro Caderno (20/03/2010)
(texto com cortes)



Fonte: Sá da Costa, A., Abreu, I., «Roteiro Nacional das Energias Renováveis», *Conferência Estratégica Energética 2010-2020*, FLAD, Lisboa, 2010 (adaptado)

Figura 2 – Quota das energias renováveis na produção de energia eléctrica em Portugal, entre 1999 e 2009 (%).

1. A energia renovável que, de acordo com os dados da Figura 2, registou em Portugal maior aumento da quota na produção de electricidade foi a energia
 - (A) hídrica.
 - (B) eólica.
 - (C) solar.
 - (D) geotérmica.
2. O aumento da produção de electricidade a partir das fontes de energias renováveis fará com que Portugal esteja
 - (A) menos dependente da obtenção da energia das marés.
 - (B) mais sujeito às flutuações do preço do petróleo.
 - (C) mais preparado para investir em carros movidos a gás.
 - (D) menos dependente das fontes de energia fóssil.

3. O recurso generalizado aos biocombustíveis, em Portugal, se não forem tomadas as medidas adequadas, contribuirá para que se registre
- (A) uma revitalização da agricultura tradicional e uma extensificação dos sistemas de cultivo.
 - (B) uma expansão da agricultura biológica e uma maior procura interna de cereais.
 - (C) uma diminuição da oferta de produtos alimentares e uma aposta na policultura.
 - (D) uma maior importação de produtos alimentares e um aumento da procura interna de cereais.
4. As condições naturais que tornam Portugal um país com grandes potencialidades para a produção de energia hídrica são, entre outras,
- (A) a passagem frequente de depressões tropicais, que originam totais anuais de chuva muito elevados.
 - (B) as fracas variações intra-anuais da precipitação, que asseguram uma produção constante de energia.
 - (C) as características dos vales dos rios, que possibilitam a acumulação de grandes volumes de água em albufeiras.
 - (D) a existência de muitos rios com desníveis bruscos ao longo do seu perfil longitudinal.
5. O Plano Energético Nacional visa a eficiência energética, o que pressupõe a adopção de medidas que promovam
- (A) a alteração dos hábitos e dos comportamentos dos consumidores.
 - (B) a circulação de veículos ligeiros particulares movidos a gasóleo.
 - (C) o desincentivo ao consumo de electricidade durante a noite.
 - (D) o aumento da refinação de produtos derivados do petróleo.

GRUPO III

A Figura 3 representa o rio Tejo e a área circundante, a montante de Abrantes. Na figura, é visível a central do Pego.



Figura 3 – Rio Tejo e área circundante, a montante de Abrantes.

1. O espaço agrário representado na Figura 3 caracteriza-se por ter, predominantemente,
 - (A) campos fechados e povoamento disperso.
 - (B) campos abertos e povoamento disperso.
 - (C) campos fechados e povoamento aglomerado.
 - (D) campos abertos e povoamento aglomerado.
2. As cheias/inundações que podem ocorrer em áreas com características semelhantes às da área representada na Figura 3, apesar dos prejuízos materiais e dos inconvenientes para as populações, têm como vantagens para a prática agrícola
 - (A) a diminuição dos sais minerais no solo e a diminuição da concentração de poluentes químicos.
 - (B) a diminuição dos sais minerais no solo e a deposição de areias oriundas de secções a jusante.
 - (C) a reposição da fertilidade dos solos e a deposição de areias oriundas de secções a jusante.
 - (D) a reposição da fertilidade dos solos e a diminuição da concentração de poluentes químicos.
3. Centrais termoeléctricas que ainda funcionam a carvão, como a central do Pego, visível na Figura 3, provocam
 - (A) a eutrofização das águas do rio Tejo, por serem enriquecidas em CO_2 .
 - (B) o aquecimento das águas superficiais em redor da central, devido às chuvas ácidas.
 - (C) o aumento da poluição atmosférica, devido à emissão, sobretudo, de CO_2 .
 - (D) a salinização das águas do rio Tejo, por serem utilizadas no arrefecimento da central.

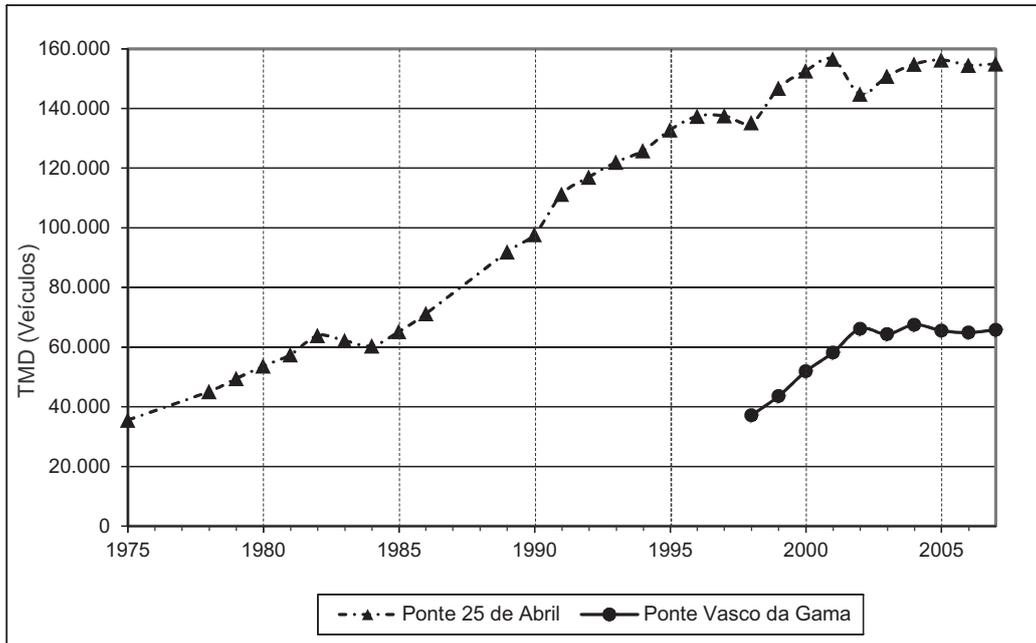


Agosto de 2009

4. A presença de água disponível para ser utilizada na agricultura em áreas com as características físicas da representada na Figura 3 favorece
- (A) a criação intensiva de gado bovino e o aparecimento de campos fechados.
 - (B) a intensificação da agricultura e a eventual criação extensiva de gado bovino e cavalos.
 - (C) a extensificação da agricultura e o recurso generalizado a fertilizantes químicos e a pesticidas.
 - (D) a recuperação de espécies selvagens, como o cavalo, e a manutenção da floresta tradicional.
5. A implantação de indústrias agro-alimentares na região do Ribatejo e Oeste contribuirá para um crescimento sustentado das áreas rurais dessa região se se apostar
- (A) na formação escolar dos adultos, na utilização de mão-de-obra barata e no incentivo ao êxodo rural.
 - (B) na importação de matérias-primas, na atracção de mão-de-obra qualificada e na melhoria das acessibilidades.
 - (C) na utilização dos recursos endógenos, na qualificação profissional dos trabalhadores locais e na divulgação de produtos tradicionais.
 - (D) na divulgação de novas produções agrícolas, na intensificação do uso de químicos sintéticos e no recurso a novas tecnologias.

GRUPO IV

A Figura 4 representa o tráfego médio diário (TMD) de veículos nas pontes 25 de Abril e Vasco da Gama, que fazem a ligação de Lisboa à margem sul do Tejo.



Fonte: Marques da Costa, N., *Mobilidade e Transporte em Áreas Urbanas. O caso da Área Metropolitana de Lisboa*, Universidade de Lisboa, 2007 (adaptado)

Figura 4 – Tráfego médio diário de veículos nas pontes 25 de Abril e Vasco da Gama.

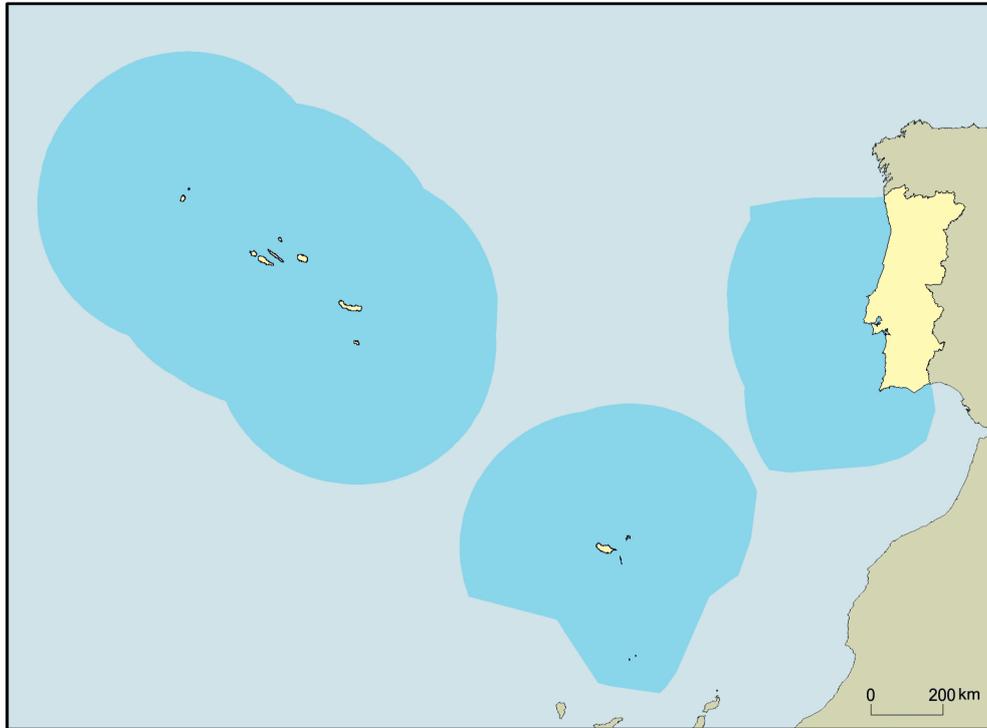
1. O tráfego médio diário na ponte 25 de Abril, conforme os dados constantes do gráfico da Figura 4, registou os dois maiores aumentos
 - (A) entre 1981 e 1982 e entre 1994 e 1995.
 - (B) entre 1985 e 1986 e entre 1995 e 1996.
 - (C) entre 1989 e 1990 e entre 2002 e 2003.
 - (D) entre 1990 e 1991 e entre 1998 e 1999.
2. Dizer-se que a abertura da ponte Vasco da Gama teve como consequência a redução do número de veículos que atravessam a ponte 25 de Abril, no período considerado no gráfico da Figura 4, é fazer uma afirmação
 - (A) verdadeira, porque no período que se seguiu à abertura da ponte Vasco da Gama se verificou uma forte redução do tráfego na ponte 25 de Abril.
 - (B) falsa, porque se registou um aumento do tráfego nos transportes públicos, o que provocou uma grande redução do número de automóveis particulares.
 - (C) falsa, porque houve um crescimento do número de veículos na ponte 25 de Abril nos três anos a seguir à inauguração da ponte Vasco da Gama.
 - (D) verdadeira, porque o crescimento do tráfego nos transportes públicos foi mais lento do que teria sido sem a abertura da ponte Vasco da Gama.

3. As vantagens da introdução do comboio na ponte 25 de Abril são, entre outras, a redução
- (A) do tempo de viagem entre as duas margens e a redução do nível de emissões de poluentes atmosféricos por utente.
 - (B) do número de utentes da ponte e a redução do número de veículos pesados a atravessar a ponte diariamente.
 - (C) dos movimentos pendulares e a redução do valor cobrado nas portagens aos automóveis particulares.
 - (D) dos custos de manutenção da ponte e a redução do número de automóveis a circular diariamente.
4. A construção da ponte Vasco da Gama teve impactos na ocupação do espaço nos concelhos da área metropolitana de Lisboa a sul do Tejo, sobretudo nos mais orientais, porque provocou
- (A) a construção de bairros sociais para famílias com menores rendimentos, diminuindo, desta forma, os bairros ilegais da margem norte.
 - (B) a deslocalização de empresas do concelho de Lisboa para a margem sul e a conseqüente aproximação das principais áreas de mercado.
 - (C) o aumento da procura de habitação permanente nestes concelhos e a conseqüente expansão e densificação da área urbanizada.
 - (D) o alargamento da área destinada à produção de produtos agrícolas, diminuindo, desta forma, os preços praticados ao consumidor.
5. Os investimentos em infra-estruturas de transportes realizados em Portugal nas duas últimas décadas do século XX incidiram, sobretudo, na
- (A) rede rodoviária, que foi acrescentada e melhorada, permitindo uma maior mobilidade de pessoas e de mercadorias, quer ao nível interno, quer ao nível externo.
 - (B) rede ferroviária, com a substituição da bitola europeia pela bitola ibérica, de modo a facilitar a troca de mercadorias com Espanha, o nosso principal parceiro comercial.
 - (C) rede portuária, tendo-se apostado no alargamento e na modernização dos principais portos, para fazer face ao aumento da quantidade de mercadorias exportadas por via marítima.
 - (D) rede aeroportuária, com a construção de novos aeroportos internacionais, capazes de responderem ao aumento da procura de voos *low cost* (baixo custo), por parte dos turistas europeus.

Página em branco

GRUPO V

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que ocorreu na Jamaica em 1982, é um tratado multilateral, celebrado sob os auspícios da ONU, que define conceitos herdados do Direito Internacional, como o de Zona Económica Exclusiva (ZEE), entre outros, e que estabelece os princípios gerais da exploração dos recursos marinhos, quer vivos, quer minerais.



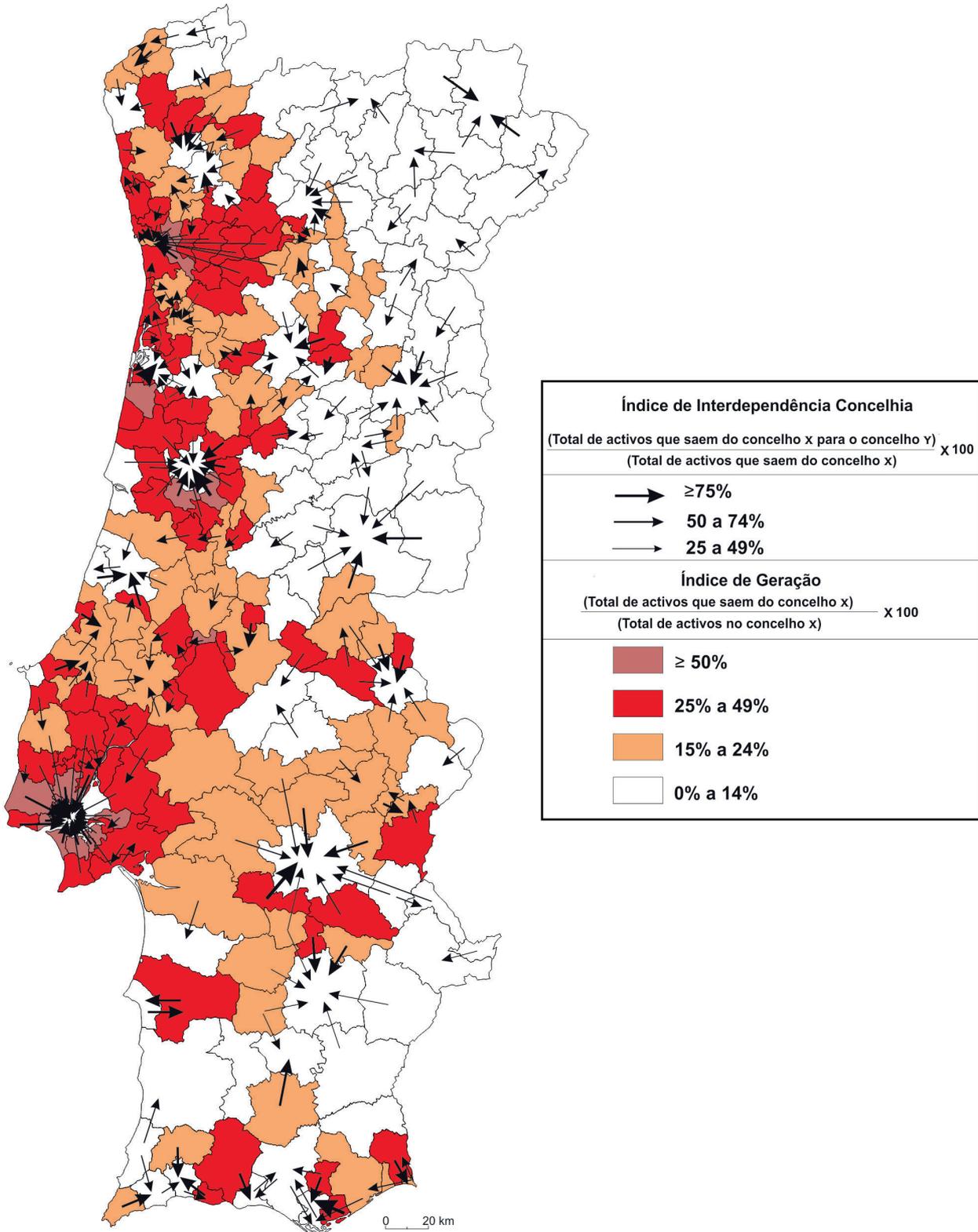
Fonte: www.igeo.pt (adaptado)

Figura 5 – ZEE portuguesa.

1. Mencione duas das razões que explicam o facto de Portugal ser o país que, na Europa, apresenta a maior extensão de ZEE.
2. Refira duas das vantagens para a UE da celebração de acordos bilaterais de pesca.
3. Apresente duas das razões que estão na origem da elaboração de Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) para toda a faixa litoral.
4. Justifique a importância que a ZEE pode ter para a economia portuguesa, tendo em consideração:
 - a gestão de recursos piscatórios;
 - as potencialidades do oceano.

GRUPO VI

O mapa da Figura 6 representa o Índice de Interdependência Concelhia e o Índice de Geração, nas deslocações casa-trabalho, em 2001.



Fonte: Marques da Costa, N., Marques da Costa, E., «Acessibilidades e Configuração de Bacias de Emprego no Território Nacional», *X Encontro da APDR – Demografia e Desenvolvimento Regional*, Évora, 2003 (adaptado)

Figura 6 – Índice de Interdependência Concelhia e Índice de Geração, nas deslocações casa-trabalho, em 2001.

1. Identifique, a partir da análise da Figura 6, duas das capitais de distrito localizadas no interior do país que, em 2001, receberam trabalhadores provenientes de mais de cinco concelhos envolventes.
2. Refira dois dos tipos de funções que justificam o poder atractivo de algumas das capitais de distrito do interior do país, como se pode verificar na Figura 6.
3. Mencione duas das razões que explicam o facto de o número de concelhos que geram mais de 50% de activos que vão trabalhar noutros concelhos ser maior na área metropolitana de Lisboa do que na área metropolitana do Porto, como se pode observar na Figura 6.
4. Exponha as características da rede urbana portuguesa, tendo em consideração:
 - a distribuição espacial das cidades;
 - a hierarquia das cidades.

FIM

COTAÇÕES

GRUPO I

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos

25 pontos

GRUPO II

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos

25 pontos

GRUPO III

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos

25 pontos

GRUPO IV

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos

25 pontos

GRUPO V

1.	10 pontos
2.	10 pontos
3.	10 pontos
4.	20 pontos

50 pontos

GRUPO VI

1.	10 pontos
2.	10 pontos
3.	10 pontos
4.	20 pontos

50 pontos

TOTAL 200 pontos